

ASPECTOS GERAIS

- Compete aos Estados e DF. → e à **união** em território federais.

Fato gerador:

- Circulação de mercadorias (inclusive energia elétrica)
- Serviço de transporte { interestadual
intermunicipal

PEGADINHA! Internacional ou Intramunicipal, NÃO!!

- Serviço de comunicação **oneroso**.

Ainda que as operações e prestações (mercadorias) (serviços) se iniciem no **exterior**.

REGIME DE COMPENSAÇÃO

- O ICMS será não-cumulativo → compensando-se o que for devido em cada operação com o valor **cobrado** nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado.

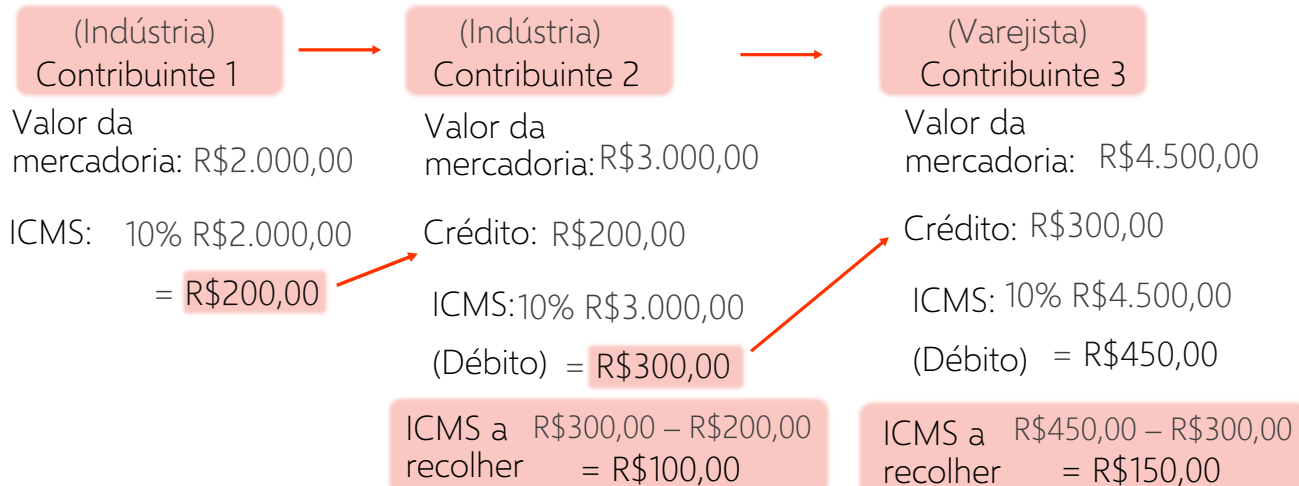
As bancas adoram trocar por "pago"!! PEGADINHA!

- A isenção ou não-incidência: (salvo determinação em contrário da legislação)
 - não dá direito a crédito!
 - anula os créditos das operações anteriores (se no momento do reconhecimento, não se sabia da isenção/não incidência)

O **direito ao crédito** está vinculado a algumas **obrigações acessórias**. (Ex.: emissão de Notas Fiscais)

ICMS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

EXEMPLO: Alíquota de 10% em todas as etapas.



ALÍQUOTAS

- O ICMS poderá ser **seletivo** (é opcional!) em função da **essencialidade** das mercadorias/serviços.

= Alíquota { maior → produtos **supérfluos**
menor → produtos **essenciais**

ALÍQUOTA	INICIATIVA	APROVAÇÃO
Interestadual e exportação (obrigatória)	Presidente ou 1/3 do senado	Maioria absoluta
Interna mínima (facultativa)	1/3 do senado	Maioria absoluta
Interna máxima (facultativa)	Maioria absoluta	2/3 do senado

Alíquota de **4%**:

- Transporte aéreo** de carga e mala postal e
- Operação interestadual com produtos **importados** ou que tenha mais de **40%** de conteúdo importado.

Obs.: existe a alíquota de **exportação** fixada pelo senado: **13%** (Mas não tem aplicação! EC 42/03 concedeu imunidade)

ICMS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ALÍQUOTAS INTERNAS

- Definidas por **lei estadual**.
salvo **deliberação** em contrário dos estados + DF, (convênio do Confaz) as alíquotas internas **não** poderão ser **inferiores** às interestaduais.

ALÍQUOTAS INTERESTADUAIS

(Fixadas por **resolução do Senado Federal**)

- Regra geral: **12%**
- "RICO" -> "POBRE" : **7%**

(Região sul/sudeste (salvo Espírito Santo)) (Regiões norte, nordeste, centro – oeste + Espírito Santo)

INCIDÊNCIA

- Lista exemplificativa! (não exaustiva)
- A legislação estadual pode ampliar o rol.

IMPORTAÇÃO

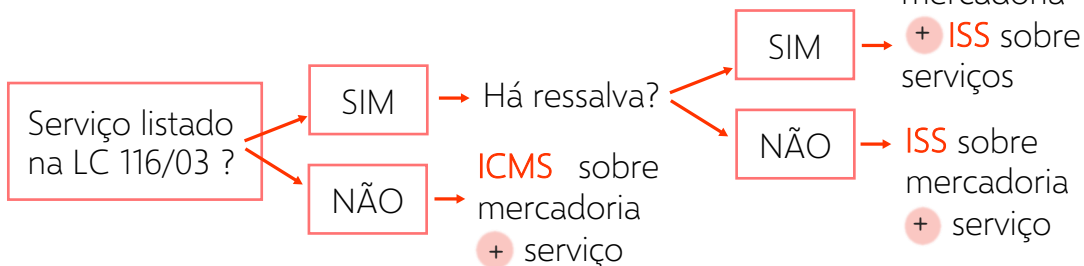
1. Entrada de bem/mercadoria **importados** (+serviço prestado no exterior)

por pessoa { física ainda que não seja jurídica contribuinte habitual

- qualquer que seja sua finalidade.
- Cabe ao estado em que estiver situado
 - o { domicílio estabelecimento do destinatário.

MERCADORIAS E SERVIÇOS

2. Fornecimento de mercadorias + serviços, não compreendidos na competência dos municípios (ISS) ICMS sobre o **valor total** da operação.



NÃO - INCIDÊNCIA (= imunidades)

1. Exportação de { mercadorias serviços
↪ assegurada a **manutenção e aproveitamento** do crédito
2. Operação que **destinem a outros estados**:
 - Petróleo
 - Lubrificantes
 - Combustíveis líquidos e gasosos deles derivados
 - Energia elétrica.

Etanol e GNY não são derivados do petróleo. **PEGADINHA!**
3. **Ouro**, quando definido em lei como { ativo financeiro ou instrumento cambial
4. Serviço de **comunicação** nas modalidades radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção **livre e gratuita**.
5. Fonogramas e Videofonogramas:
 - produzidos no Brasil
 - musicais ou literomusicais
 - de autores brasileiros ou interpretados por artistas brasileiros
 - + Suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham (salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser)

ICMS
icms
NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
= INCIDÊNCIA =

ICMS E IPI

- IPI **não** integra a B.C. do ICMS se (tem que cumprir todos os requisitos)

Produtos destinados à industrialização e comercialização

+

Operações entre contribuintes

+

Operação e F.G. dos dois impostos

Exemplos em que o IPI **integra** a BC do ICMS:

- Operação entre contribuinte, mas destinado ao **ativo permanente**.
- Venda a **consumidor final** (não destinada à industrialização e comercialização)
- Venda para **não contribuinte**.

INCIDÊNCIA RESTRITA

- Não pode incidir nenhum **imposto** que não **ICMS, II e IE** sobre operação com:
 - Energia elétrica
 - Minerais
 - Combustíveis
 - Derivados do petróleo

PEGADINHA!
outros tipos de tributos podem
Ex: (contribuição)

ICMS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR

- Cabe à **Lei Complementar**:
 - definir seus **contribuintes**
 - dispor sobre **substituição tributária**
 - disciplinar o **regime de compensação** do imposto
 - fixar o **local** da operação (para efeito de cobrança e definição do estabelecimento responsável)
 - excluir da incidência do imposto as **exportações**.
 - Prever casos de **manutenção de crédito** relativamente a {exportação
remessa para outro estado
 - Regular como {isenções,
incentivos e serão
benefícios fiscais
concedidos/revogados
mediante deliberação dos estados e DF
 - Definir os **combustíveis e lubrificantes** sobre os quais o ICMS incidirá uma única vez. (= ICMS monofásico)
feito pela LC 192/2022 **NOVIDADE!**
 - Fixar a **base de cálculo**
O ICMS a integra também!
(é um imposto "por dentro")

ICMS

NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
= ICMS MONOFÁSICO =

TRIBUTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

- O ICMS cabe ao Estado onde ocorrer o **consumo** nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados do petróleo (a saída de um estado para outro é imune)
- Operações **interestaduais** com:
 - Gás natural e seus derivados
 - Lubrificantes e combustíveis não derivados do petróleo

- **Entre contribuintes:** o ICMS será **repartido** entre os Estados de origem e destino. (como qualquer mercadoria)
- Destinados **a não contribuintes:** o ICMS caberá ao Estado de **origem**. (uso da alíquota interna)


Cabe a Lei Complementar definir os **combustíveis e lubrificantes** sobre os quais o ICMS indicará uma única vez.

feito pela LC 192/2022  **NOVIDADE!**

ALÍQUOTAS DO ICMS MONOFÁSICO CAI MUITO!

- Serão definidos por **deliberação** entre os Estados e DF (convênio do CONFAZ)
- é exceção ao princípio da Legalidade.

CARACTERÍSTICAS

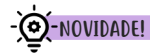
1. Serão **uniformes** em todo território nacional.
 - podem ser diferenciadas por **produto**
2. Podem ser:
 - específicas (Por unidade de medida)
 - *ad valorem* (Alíquota ~~R~~.C.)
3. Podem ser reduzidas e reestabelecidas no mesmo exercício
 - **Não** obedece o princípio da **anterioridade** anual (mas obedece a noventaena!)  **PEGADINHA!**

ICMS

NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
= REPARTIÇÃO DA =
RECEITA TRIBUTÁRIA

REPARTIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

- Pertencerão aos municípios **25%** do produto da arrecadação do ICMS
- Divisão entre os municípios:
 - No mínimo **65%**: na proporção do **valor adicionado** no território do município.



NOVIDADE!

- Até **35%**: conforme dispuser **lei estadual**
- No mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade.

(Atualizado conforme)
a EC.108/20)

ICMS

NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

= EC 87/2015 =

ANTES DA EC 87/2015

Venda interestadual
a consumidor final

Destinatário não
contribuinte do ICMS

(NÃO está mais
em vigor!!)

Alíquota
interna.

Destinatário
contribuinte do ICMS

Alíquota interestadual
para o estado de origem.

Diferencial de alíquota (difal)
do Estado de destino.

APÓS DA EC 87/2015

Venda interestadual
a consumidor final

Destinatário não
contribuinte do ICMS

Alíquota **interestadual**
para o estado de **origem**.

Diferencial de alíquotas (difal)
do estado de **destino**.

Houve **partilha do DIFAL**
conforme o ADCT. (até 2019)

Destinatário
contribuinte do ICMS

↪ manteve-se como era!

Alíquota **interestadual**
para o Estado de **origem**.

Diferencial de alíquotas (difal) do
estado de **destino**.

(**Não** há partilha do DIFAL!)

Cuidado com a data na questão!

REGRA DE TRANSIÇÃO (ADCT)

- Repartição do DIFAL:

ANO	DESTINO	ORIGEM
2016	40%	60%
2017	60%	40%
2018	80%	20%
2019	100%	0%

↪ Atualmente **NÃO** há mais
repartição do DIFAL.

RECOLIMENTO DO DIFAL

SITUAÇÃO	DEVE RECOLHER O DIFAL
Destinatário contribuinte	Destinatário
Destinatário não contribuinte	Remetente